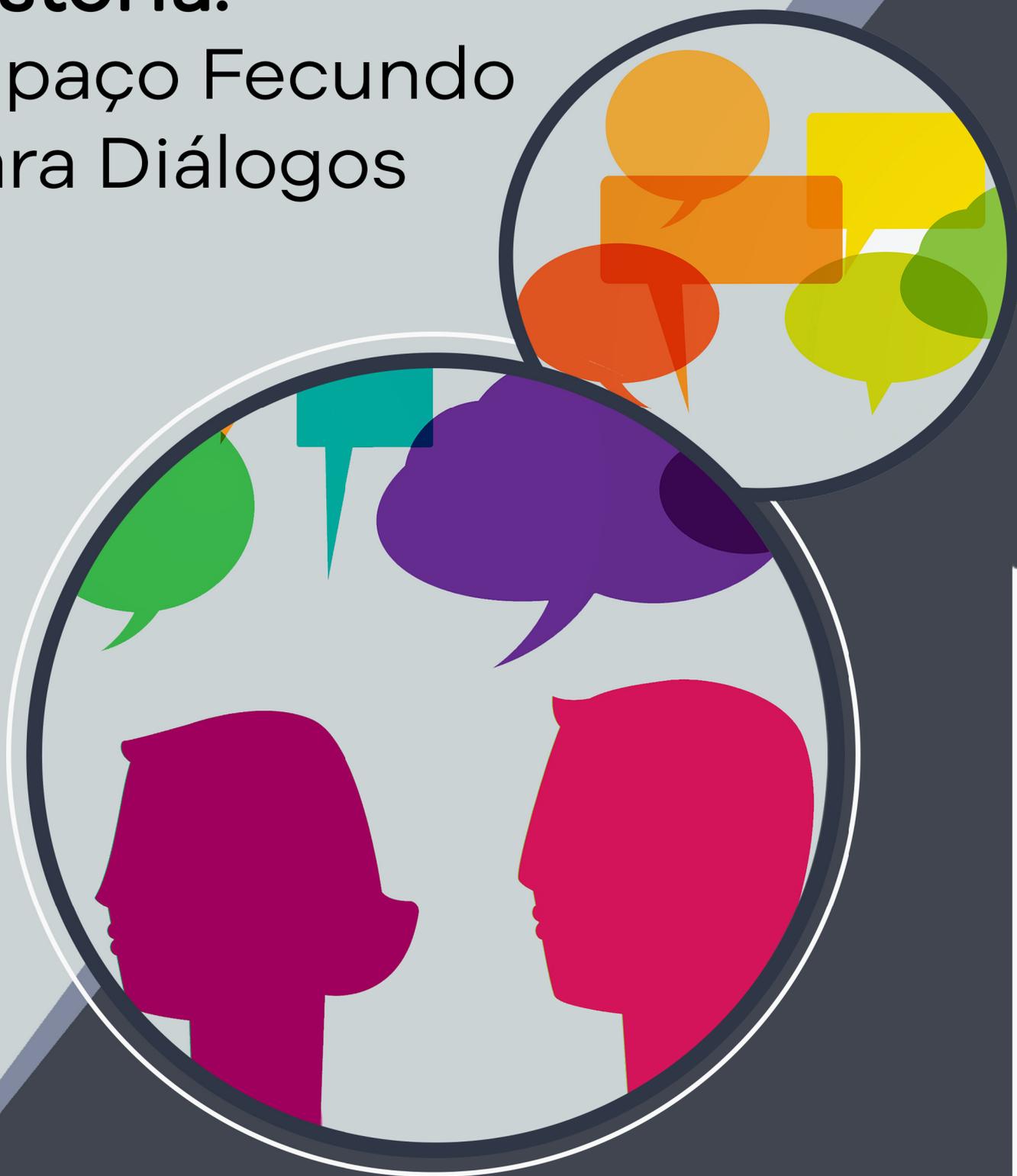


História:

Espaço Fecundo para Diálogos



Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

História: Espaço Fecundo para Diálogos

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos / Organizadoras Denise Pereira; Elizabeth Johansen. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-650-8 DOI 10.22533/at.ed.508192709 1. História – Filosofia. 2. Historiografia. 3. Historiadores. I.Pereira, Denise. II. Johansen, Elizabeth. CDD 907.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Que “fontes históricas” os historiadores atuais têm acesso para problematizar a vida das sociedades de diferentes épocas? Essas questões, assim como outras, norteiam as discussões historiográficas contemporâneas e se fazem presentes nos diferentes artigos desse livro.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte.

Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Elizabeth Johansen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EM DEFESA DA OPÇÃO DECOLONIAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: POR UM FUTURO QUE NÃO REPITA O PASSADO	
<i>Jaqueline Berdian de Oliveira</i> <i>André da Silva Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927091	
CAPÍTULO 2	15
ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: A FRONTEIRA NO <i>CANTO GENERAL</i> DE PABLO NERUDA	
<i>Gabriel de Souza Fagundes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927092	
CAPÍTULO 3	27
ENTRE CONCESSÕES E TENSÕES: A RELAÇÃO ENTRE SENHORES E ESCRAVOS EM PALMAS/PR (1860-1888)	
<i>Maria Cláudia de Oliveira Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927093	
CAPÍTULO 4	37
DISPUTAS DA MEMÓRIA: DAS FOSSAS ARDEATINAS À BOMBA NUCLEAR	
<i>Douglas Pastrello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927094	
CAPÍTULO 5	47
HISTÓRIA, PASSADO E MEMÓRIA: LEITURAS E APROXIMAÇÕES	
<i>Dehon da Silva Cavalcante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927095	
CAPÍTULO 6	58
NA DISPUTA DAS MEMÓRIAS: A CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA LUTA ARMADA NA MEMÓRIA DE SEUS MILITANTES (1968 – 1972)	
<i>Vinícius de Oliveira Masseroni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927096	
CAPÍTULO 7	74
INTRODUÇÃO À ABORDAGEM HISTÓRICO-EDUCACIONAL	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927097	
CAPÍTULO 8	89
EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EX-INTERNAS DO COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MONTES CLAROS NO SÉCULO XX	
<i>Elizabete Barbosa Carneiro</i> <i>Filomena Luciene Cordeiro Reis</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927098	

CAPÍTULO 9	97
O SISTEMA DE PENSAMENTO NOS MANUAIS DE ENSINO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE SÃO PAULO (SEC.XIX)	
<i>Patrícia Carla de Melo Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927099	
CAPÍTULO 10	108
O ENTRELUGAR DO CAMPO ESTÉTICO MODA-ARTE: UM CONCEITO CONSTRUÍDO HISTORICAMENTE	
<i>Camila Carmona Dias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270910	
CAPÍTULO 11	120
PATRIMÔNIOS RECONFIGURADOS: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS	
<i>Gerson Luís Trombetta</i>	
<i>Monique Villani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270911	
CAPÍTULO 12	132
UM MUSEU EM DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO CULTURAL CASTROLANDA – CASTRO (PR)	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Samara Hevelize Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270912	
CAPÍTULO 13	145
MUSEU MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS A NARRATIVA DA HISTÓRIA NA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Fabíola Pezenatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270913	
CAPÍTULO 14	157
REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA HISTÓRIA DA MEDICINA	
<i>Ana Cláudia de Araújo Santos</i>	
<i>Daiane Silva Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270914	
CAPÍTULO 15	170
PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO: DISPUTA PELA VERDADE, PODER E SUJEITOS	
<i>Paula Ribeiro Ciochetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270915	

CAPÍTULO 16	180
A PRODUÇÃO DE VERDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA: MALLETT-PR 1913 A 1945	
<i>Júlio César Franco</i>	
<i>Hélio Sochodolak</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270916	
CAPÍTULO 17	200
RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIAL DA PRIMEIRA ELITE ARACAJUANA (1855-1889)	
<i>Bruna Morrana dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270917	
CAPÍTULO 18	211
SENSIBILIDADES DE UM ESPAÇO: SER UMA PRINCESA NA MODERNIZAÇÃO REPUBLICANA – FEIRA DE SANTANA 1940 A 1950	
<i>Cristiane Lima Santos Rocha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270918	
CAPÍTULO 19	219
TRAFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)	
<i>Célio Augusto de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270919	
CAPÍTULO 20	228
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS PARA O COMPLEXO TERRENO EVANGÉLICO BRASILEIRO	
<i>Maralice Maschio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270920	
CAPÍTULO 21	241
“DITADURA NO AR”: UMA VISÃO SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR	
<i>Lucas Marques Vilhena Motta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270921	
CAPÍTULO 22	254
A PROVÍNCIA EM PRINCÍPIO, A FRONTEIRA POR MEIO E O IMPÉRIO POR FIM: NETO E CANABARRO NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1865)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270922	
CAPÍTULO 23	265
ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS AÇÕES CIVICO-SOCIAIS DO EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970	
<i>Ronaldo Zatta</i>	
<i>Ismael Antônio Vannini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270923	

CAPÍTULO 24	276
AS DOZE QUESTÕES FUNDAMENTAIS DE KARL DEUTSCH E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE IRÃ E EUA APÓS A REVOLUÇÃO IRANIANA DE 1979	
<i>David Anderson Zanoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270924	
CAPÍTULO 25	291
CONTEXTO POLÍTICO JURÍDICO BRASILEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA FAZENDA ANNONI	
<i>Simone Lopes Dickel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270925	
CAPÍTULO 26	308
DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: A CHEFIA DE ARTHUR BERNARDES NO <i>CIDADE DA VIÇOSA</i>	
<i>Natália Fraga de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270926	
CAPÍTULO 27	318
CRIANÇA INDÍGENA NO BRASIL: O ESTADO DO CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL	
<i>Epaminondas Reis Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270927	
CAPÍTULO 28	326
A CAPOEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO PODER DISCIPLINAR AO SURGIMENTO DA SOCIEDADE REGULADORA	
<i>Jonatan dos Santos Silva</i> <i>Felipe Eduardo Ferreira Marta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270928	
CAPÍTULO 29	337
A HISTÓRIA POLÍTICA APÓS 30 ANOS DA PUBLICAÇÃO ORGANIZADA POR RENÉ RÉMOND: POSSIBILIDADES ATUAIS DE PESQUISA TENDO COMO OBJETOS GETÚLIO VARGAS E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	
<i>Gabriel da Silva Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270929	
CAPÍTULO 30	349
A ELITE POLÍTICA DA BAHIA NO SÉCULO XIX: OS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA (1828-1834)	
<i>Nora de Cassia Gomes de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270930	

CAPÍTULO 31	364
A ESTRUTURA FÍSICA DOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – CASES COMO INSTRUMENTO DAS (IM) POSSIBILIDADES DE FAVORECIMENTO DE MOBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL DOS ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	
<i>Maria Lucia Cavalcante</i>	
<i>Maria da Conceição Barros Costa Lima</i>	
<i>Laís Cavalcanti de Sá Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270931	
CAPÍTULO 32	373
A FERRO E FOGO: SIMBOLOGIA NA MARCAÇÃO DO GADO NOS CAMPOS DE PALMAS: 1887 – 1938	
<i>Fabiana Mathias Roncatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270932	
CAPÍTULO 33	384
A REINVENÇÃO DA NATUREZA: OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA EM GOIÁS	
<i>Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves</i>	
<i>Rayza Correa Alves Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270933	
CAPÍTULO 34	393
A IMPORTÂNCIA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE COXIM – MS COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL	
<i>Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra</i>	
<i>Douglas Proença de Santana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270934	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	403
ÍNDICE REMISSIVO	404

ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS AÇÕES CIVICO-SOCIAIS DO EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970

Ronaldo Zatta

Gp. Pesq. CNPQ “Cultura, Etnias, Identificações”,
Modelo – Santa Catarina

Ismael Antônio Vannini

UNICENTRO, Campus Coronel Vivida – Paraná

RESUMO: Este capítulo têm o intuito de analisar as ACISOs – Ações Cívico-Sociais realizadas na década de 1970, na fronteira Brasil/Argentina, através de parte do acervo iconográfico de uma extinta unidade militar do Exército Brasileiro, a 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada. Tal organização militar, batizada pelo nome histórico de “Sentinelas do Sudoeste”, foi implantada na cidade de Francisco Beltrão/PR em meados da década de 1950, durante o conflito agrário conhecido como Revolta dos Posseiros; e, suprimida em 2001 por ocasião dos novos redirecionamentos das Organizações Militares que o Ministério da Defesa realizou no início do século XXI, culminando em sua substituição pelo 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, oriundo de Passo Fundo/RS. Como proposta de pesquisa, que acreditamos ser uma contribuição inédita para a História Militar brasileira, nos propomos em discutir – valendo-se como fonte primária do Álbum Fotográfico da 3ª/33º BIMtz, que retrata a ações daquela unidade militar durante década de 1970 – como as ACISOs foram operacionalizadas numa

região sensível aos problemas de fronteira, sendo atuações criteriosamente planejadas como doutrina, e intentas, no sentido de contribuir para a construção de um sentimento comunitário em prol do Exército brasileiro como instituição necessária, durante o Regime Militar brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Exército, ACISOs, doutrina.

ICONOGRAPHIC ANALYSIS OF SOCIAL CIVIC ACTIONS OF THE ARMY AT THE BRAZIL/ARGENTINE FRONTIER IN THE 1970S

ABSTRACT: This chapter intends to analyze the ACISOs – Social Civic Actions carried out in the 1970s, on the Brazilian/Argentine frontier, through part of the iconographic collection of the extinct military unit of the Brazilian Army, the 3rd Company of the 33rd Infantry Battalion Motorized. This military organization, baptized by the historical name of “Sentinels of the Southwest”, was implanted in the city of Francisco Beltrão/PR in the middle of the 1950s, during the agrarian conflict known as Settler’s Revolt; and suppressed in 2001 on the occasion of the new redirects of the Military Organizations that the Ministry of Defense carried out at the beginning of the 21st century, culminating in its replacement by the 16th Mechanized Cavalry Squadron, from Passo Fundo/RS. As a research

proposal, which we believe is na unprecedented contribution to the Brazilian Military History, we propose to discuss – using as the primary source of the Photographic Album of the 3rd/33th BIMtz, which portrays th actions of that military unit during the 1970s – as the ACISOs were operationalized in a region sensitiv to the border problems, being actions carefully planned as doctrine, in order to contribute to the construction of a community sentiment in favor of the Brazilian Army as a necessary institution, during the Brazilian Military Regime.

KEYWORDS: Army, ACISOs, doctrine.

INTRODUÇÃO

A região de fronteira Brasil/Argentina, qual compreende geograficamente o Sudoeste do Estado do Paraná e o extremo Oeste de Santa Catarina, apresenta em sua ocupação colonial algumas características distintas daquelas tendencialmente perpetradas no sul do País. Inúmeros fatores de ordem política, judicial, militar e social, deram uma conotação, sobretudo conflituosa, no processo de colonização. Litígios entre o Estado do Paraná e a União desencadearam contendas pelas glebas de terras, que, posteriormente as disputas foram protagonizadas também por interesses particulares, empresas colonizadoras e pelos colonos posseiros. (GOMES, 2005).

Enquanto a questão tramitava *sub judice*, o governo varguista, na ação da marcha para o oeste, intervém na região e cria uma colônia para incentivar a colonização a CANGO (Colônia Agrícola Nacional Osório) por um decreto de 1943. Tal projeto estimulou rápida e desenfreada migração de colonos, assentados ilegalmente nos lotes das glebas de terras do sudoeste. Devido ao embargo litigioso em que a região se encontrava os colonos não obtiveram os registros dos lotes, esta condição transformou os ocupantes em posseiros. (LAZIER, 1998).

Uma companhia de capital norte americano adquiriu, também ilegalmente, a posse das mesmas glebas, já questionadas pelos governos e pelas famílias dos colonos posseiros. Tal contenda confrontou o interesse dos posseiros, que lutavam pelos lotes de terras, e os jagunços, que em nome das companhias pretendiam expulsar os ocupantes. Como pano de fundo, se deflagrava uma luta política entre os diferentes grupos de poder, que atingia diretamente a instância estadual e federal. Por conta disso, as autoridades instituídas na região representavam os interesses políticos conflitantes, e, no caso, posicionavam-se no sentido contrário aos posseiros. (COLNAGHI, 1994).

Quando o embate armado atingiu proporções alarmantes, a imprensa nacional, e internacional, noticiavam o episódio do embate das guerrilhas agrárias, foi instalado um destacamento efetivo do Exército Brasileiro em Francisco Beltrão. A cidade também era a sede da companhia colonizadora e abrigava os escritórios das empresas imobiliárias. A princípio, tal destacamento se mantinha acantonado, como efetivo de forças a intervir no momento que fosse convocado.

Quando o clima de instabilidade tomou conta da região, as autoridades políticas e militares observaram a necessidade de medidas e forças de controle. Tornara-se imperativo o deslocamento de efetivos militares, como forma de inibir o recrudescimento do conflito, no sentido de atuarem como mediadores entre os grupos envolvidos. No ano de 1954, um efetivo das tropas do Batalhão de Caçadores, provenientes de Joinville –SC e outro efetivo de Infantaria de Ponta Grossa- PR, se instalaram nas dependências da CANGO, em Francisco Beltrão. (**Boletim interno Nº 12**, de 30 de junho de 2000). Nos anos posteriores o efetivo militar foi ampliado, em 1957 fora destinado a Francisco Beltrão outro pelotão de Infantaria, constituído por quatro sargentos, cinco cabos e vinte e quatro soldados, comandados pelo tenente João da Cruz Filho. (**Boletim interno Nº 5**, de 07 de janeiro de 1957).

Em outubro de 1957, o embate entre os grupos chegou ao ápice, convulsionando articulações políticas da região, do Estado e da União. Os registros e as evidências do levante armado, quando seis mil colonos tomaram de assalto o controle do Sudoeste do Paraná, revelam que as forças militares foram decisivas para o controle do conflito. Vindo, posteriormente em 1962, por determinação da Casa Militar, que por sua vez estava subordinada diretamente à Presidência da República, operar, através do Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná – GETSOP, a medição e titulação dos lotes urbanos e rurais, trabalho que se prolongou até década de 1980, garantindo assim os direitos a propriedade da terra na região de fronteira. (WACHOWICZ, 1987).

Importante entendermos o processo de colonização do Sudoeste do Paraná com a presença efetiva e decisiva das forças armadas. Forças apaziguadoras e mediadores de um sangrento conflito agrário, que, deve-se ressaltar, finalizado com uma inédita vitória dos pequenos colonos posseiros. No final, as terras foram desapropriadas e as famílias tiveram suas terras tituladas, permanecendo em suas propriedades. Nesta conjuntura, o Exército se define como instituição atuante e de prestígio na região. Gozando de status de referência para a ordem e paz entre a população. Destarte, a participação da instituição lhes rendeu no imaginário social local o título de “guardião” das terras em litígio.

Foi neste contexto, onde o Exército brasileiro atuava ineditamente como força apaziguadora de caos social, que se desenvolveu atividades de Ações Cívico-Sociais, que registradas em álbuns fotográficos militares, tem servido como fonte histórica para compreendermos uma talhada da História Militar Brasileira até o momento não visitada.

A NORMATIZAÇÃO INSTITUCIONAL DAS ACISOS NA DÉCADA DE 1970

O Exército brasileiro define as Ações Cívico-Sociais como atuações próprias militares, de intervenção social, explanadas como um:

Conjunto de atividades de caráter temporário, episódico ou programado de assistência e auxílio às comunidades, promovendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos, no país ou no exterior, desenvolvidas pelas organizações das Forças Armadas, nos diversos níveis de comando, do aproveitamento dos recursos em pessoal, material e técnicas disponíveis, para resolver problemas imediatos e prementes. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Trata-se portanto, de uma didática para aplicação de técnicas que orientam a atuação militar, de caráter humanitário, executada por tropas comprometida com a solução de problemas emergenciais, sendo eles ocasionados por calamidades ou guerras; mas também, disposta na labuta da formação de espíritos cívicos comunitários, se valendo dos meios diversos disponíveis para a ocasião.

Há razões para acreditarmos que a orientação de aplicação de tropas militares em ACISOs iniciou-se com a emulação do modelo militar americano, a partir dos acordos de 1942 e 1952, firmados entre Brasil/EUA após a vigência da Missão Militar Francesa (1919-1939), qual privilegiava a “cooperação, adoção de armas, equipamentos e doutrinas”. (SVARTMAN, 2016, p. 361). Pois, foi a partir daí que identificou a terminologia nos manuais de doutrinas militares daquela instituição, intensificada pela próxima relação que os EUA, militarmente, exerceram nas doutrinas de emprego do Exército brasileiro até 1985.

Ainda no início dos anos 1970, sobre a aplicação de tropas militares em calamidades públicas, o Governo brasileiro se manifestou por lei, assinada pelo General Emílio Garrastazu Médici, preliminarmente, através do Decreto nº 67.347, em 5 de Outubro de 1970, qual estabeleceu diretrizes, e normas de ação, para defesa permanente contra as calamidades públicas, além de criar um Grupo Especial para os casos. O artigo 11 daquele decreto esclareceu, inicialmente, sobre as funções das Forças Armadas naquele tipo de operação:

Art. 11. Os Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica darão apoio de pessoal e material necessários ao planejamento e execução de tarefas de socorro, ao transporte marítimo e aéreo de suprimento e as missões de busca e salvamento, nos âmbitos federal, estadual, territorial e municipal. (BRASIL, Decreto nº 67.347 de 5 de Mar.1970).

Desta forma, um embrião do que hoje é conhecido por Defesa Civil, que atua no âmbito de responsabilidade das Unidades Federativas, passava a ser prevista em lei federal, compondo um quadro que envolvia diversos ministérios. Sendo que as ações do Exército em calamidade pública passaram a estar previstas em situação de emergência, sendo elas provocada por fatores anormais, e adversos, que afetam gravemente a comunidade, mas em condições que privava total ou parcialmente do atendimento de suas necessidades, ou até mesmo ameaçando a existência ou a integridade de seus elementos.

Os anos 70, do século passado, reportam os ânimos mais intensos do Regime Militar brasileiro, no seio das Forças Armadas se intensificavam o combate aos

comunistas, e os esforços dos atores envolvidos naqueles contextos seguiam focado naquele sentido. Assim, em 1973, o Exército brasileiro efetiva seu recente encargo legal através da elaboração de estudos sobre calamidades públicas, que resultou na impressão do “Manual de Campanha C19-15 Distúrbios Civis e Calamidades Públicas”, qual foi aprovado pela Portaria n. 148 – Estado Maior do Exército em 29 de agosto de 1973. Vinculado à ideologia da Guerra Fria, bem como o combate internacional ao comunismo, este manual passou, primeiramente, a orientar os militares brasileiros integrantes das unidades operacionais, no exercício de ações de polícia. E, em seu planejamento e sua execução de atividades de “controle de distúrbios civis” – na visão dos militares brasileiros, em 1970, o distúrbio civil poderia ser considerado uma quebra de ordem pública, uma alteração da paz social através do conflito de ruas ou atos contra autoridades de um governo instituído; e, num segundo momento, uma orientação para campanhas de ACISOs.

O fato é que as ACISOs já aconteciam, e a elaboração de material de orientação é fruto do pensamento militar que conduzia o Regime Militar brasileiro desde meados da década de 1960. O material produzido pelas prensas militares direcionava as tropas no sentido de tratar como missões prioritárias, em operações de calamidades, a seguinte ordem de importância em suas atuações diretas: a) preservação da ordem pública; b) tentativa de evitar o pânico; c) proteção de instalações importantes; d) o controle de tráfego; d) o controle, circulação e evacuação de civis; e) a manutenção da ordem pública; f) a repressão ao saque; e, g) o fornecimento de serviços médicos de urgência.

O Manual de Campanha C1915 de 1973, pensava as calamidades públicas sob a ótica da Guerra Fria, de fato, era filho de seu tempo! Elaborado em um período que muitos pesquisadores compreendem como o endurecimento do Regime Militar brasileiro, apresentou-se muito mais preocupado com a preservação da lei e da ordem pública, do que claramente com as questões emergenciais incitadas pelas calamidades públicas. Assim, em sua essência a quebra da ordem pública e da paz social, seja por eventos naturais ou fabricados, necessitavam da intervenção direta do Estado militar para reparação, evitando o caos. Desta forma, a previsão em Manual para o combate à greves, tumultos e saques, antevia a preocupação com o reestabelecimento da normalidade afetada pelas calamidades.

Interessante também, é perceber que, as Forças Armadas, em casos de calamidade pública, colaborariam com os ministérios civis, sempre que solicitadas, na assistência às populações atingidas e no estabelecimento da normalidade. A finalidade era apoiar autoridades civis, porém poderiam ter a responsabilidade de coordenar as ações, desde que houvesse a delegação de poderes. Segundo a mesma doutrina, uma preparação, ou mesmo ações preventivas que pudessem minimizar os efeitos de uma calamidade pública, também eram compreendidos como medidas a serem adotadas pelas Forças Militares.

Mesmo relegadas à um segundo momento, as operações emergenciais, em

detrimento das operações de polícia, é possível dizer que as ACISOs eram percebidas pelos militares como uma resposta do Estado na situação do caos social, ou nas ocasiões de perturbação da paz social, vistas como necessários para garantir atos de autoridade de um governo instituído.

O Manual C19-15 orientou as atividades de ACISOs do Exército brasileiro, desde a data de sua publicação, em 29 de agosto de 1973 até 18 de dezembro de 1997, quando foi revogado pelo Manual de Campanha C19-15 Operações de Controle de Distúrbios. Foi quando, em aspectos de doutrina no emprego das Forças Terrestres, o Exército dividiu, em questões de instrução de operações, as operações de polícia vinculados aos casos de distúrbios, das operações de calamidades públicas e assistências emergenciais.

A REALIZAÇÃO DAS ACISOS NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970

Para esta comunicação, nos propomos a analisar as imagens de três eventos de ACISOs empreendidas pelo Exército brasileiro na fronteira Brasil/Argentina nos 70 do século passado, cujos registros dos fotógrafos militares, com cunho memorial-institucional, compõe o Álbum Histórico da 3ª Companhia de Infantaria instalada em Francisco Beltrão/PR. Foram eles: 1) no ano de 1970, em Salgado Filho/PR; no ano de 1971 em Romelândia/SC; e, em 1974, em Santo Antônio do Sudoeste/PR.

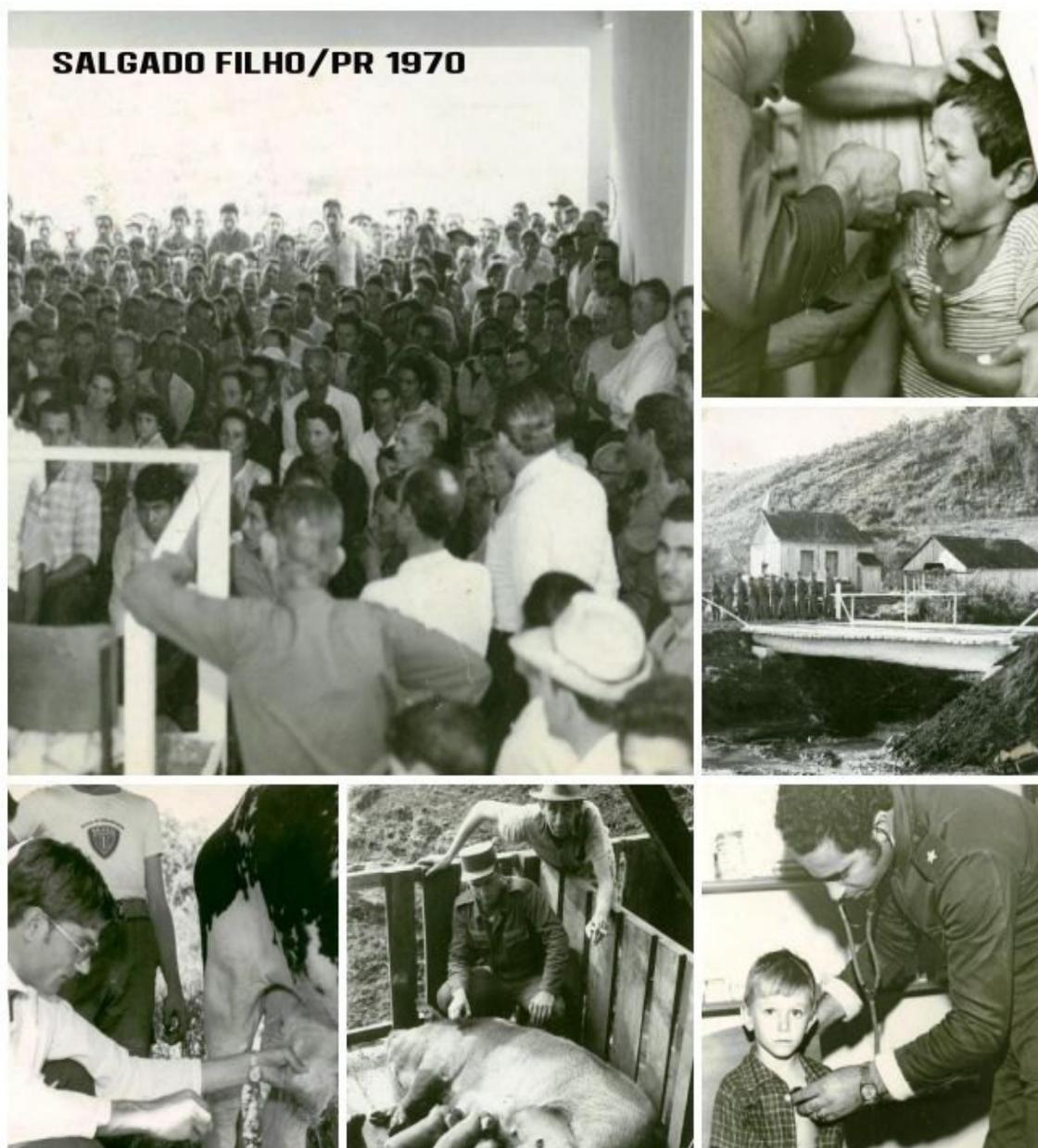
Na tentativa de seguir as orientações de LIMA; TATSCH (2009), em perceber a diversidade de usos que gerou este arquivo iconográfico militar, não tão somente a instituição de guarda, mas compreendendo os locais de origem de produção e o caminho de circulação da fotografia, é possível afirmar que a elaboração das fontes analisadas nesta pesquisa, os registros das operações de ACISOs, representam uma doutrina de atuação de tropa sendo implantada pelo Exército brasileiro, em caráter nacional, como conteúdo iconográfico se apresenta como uma adequação de doutrina operacional inovadora para a época. Este material institucionalizado compôs uma série de registros elaborados, que o comando militar local repassava ao III Exército, como relatos de atividades desenvolvidas na faixa de fronteira.

Considera-se importante realçar também, o histórico problemático da questão de fronteira com a República Argentina, a ocupação dessa faixa de fronteira através da Colônia Agrícola General Osório para fixação de fronteiras demográficas, os conflitos pela posse da terra que gerou a Revolta dos Colonos em 1957, a guerrilha de 1965 e estabilização local pela GETSOP, durante a década de 1970 e 1980, qual estava ligada ao Gabinete do Chefe Militar; situações em que o Exército brasileiro atuou diretamente. Bem como, o posicionamento ideológico do pensamento militar brasileiro no combate ao comunismo internacional, que amargou nesta região de fronteira, em 1965, um foco guerrilheiro oriundo de exilados no Uruguai.

Para exposição, preferiu-se exibir as ACISOs por mosaicos, em ordem

cronológica de acontecimentos.

No ano de 1970, o Acervo Fotográfico da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada registra no município de Salgado Filho/PR, a primeira ACISOs fotografada por aquela organização militar. Destaque foi o registro fotográfico de palestras, cujas notas afirmam ser sobre diversos assuntos de interesse daquela comunidade agrícola-colonial de fronteira. Destacado também, os auxílios veterinários, a vacinação infantil, o atendimento médico e a construção de pontes e de estradas.



Mosaico 1. ACISOs em Salgado Filho/PR em 1970.

Fonte: Acervo Fotográfico da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada.

No ano seguinte, em 1971, a mesma Organização Militar registra operações de ACISOs no Estado de Santa Catarina, no município de Romelândia. O destaque daquela operação, de acordo com as notas do Álbum Histórico foram os atendimentos médicos domiciliares, a recuperação de 31 escolas públicas, mais de 5000 extrações

dentárias e as cirurgias de remoção de cânceres sebáceos.



Mosaico 2. ACISOs em Romelândia/SC em 1971.

Fonte: Acervo Fotográfico da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada.

A terceira oportunidade de emprego de tropas militares em operações de ACISOs na Fronteira Brasil/Argentina, na década de 1970, pelo Exército brasileiro, registrada no Acervo Fotográfico da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada, aconteceu em 04 de outubro de 1974. Desta vez, de caráter extraordinário, no município de Santo Antônio do Sudoeste/PR, quando aquele município, após ter sido assolado por forte vendaval, teve a presença dos fuzileiros de infantaria que realizaram assistência emergencial àquela comunidade.

Outras ações da tropa foram descritas, podendo ser citadas: a vacinação para evitar a proliferação de doenças (epidemia) e consulta adultos; atendimento emergencial de feridos adaptando escolas públicas em hospitais de campanha; reconstrução de bairros e a assistência médica domiciliar com equipes de enfermeiros liderados por um Oficial médico.

Também, é notável, que aturam como reforço, ou mesmo operando serviços públicos normais necessários à vida da população civil. Como por exemplo, no que se refere ao estabelecimento de comunicações através de posto rádio, o abastecimento

de água potável, a regularização de transportes coletivos e a desobstrução de vias de tráfego.



Mosaico 3. ACISOs extraordinária em 04 de outubro de 1974 em Santo Antônio do Sudoeste/PR.

Fonte: Acervo Fotográfico da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada.

Com base nas imagens acessadas para este estudo, pode ser considerados algumas análise iconográficas sumária das ACISOs, registradas no Acervo da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada:

- Foram registradas por profissionais militares, com intenções militares de registro memorial, que enquadraram as cenas de modo a ressaltar uniformes, brasões e destacar militares perante os demais que realizavam as mesmas tarefas;

- Dos três eventos analisados, apenas um possuía caráter extraordinário, motivado por intempéries climáticas – sendo os dois primeiros, ações próprias de iniciativa institucional militar;

- Notável a foto do operador de rádio no **Mosaico 2**, onde a parede de fundo, sustenta um cartaz institucional do III Exército, citando um slogan de ação, que ao lado de uma imagem de criança, lê-se “PRECISO DE VOCÊS... III EXÉRCITO...”

ACISO 1971”. Que, este item sustenta a hipótese de que as ACISOs naquela região de fronteira foram um programa articulado com autoridades civis e criteriosamente planejado pelo comando militar.

- Que o evento de caráter emergencial, registrado em 1974 em Santo Antônio do Sudoeste/PR, houve uma despreocupação na tomada de cena dos registros fotográficos. Pois, ressaltou-se o aspecto traumático do evento em relação à presença militar na área. Algo não percebido nas imagens dos eventos anteriores registrado por aquela organização militar;

- As ACISOs foram realizadas sem a delegação de poderes das autoridades civis, mas de iniciativa militar, sendo visível nas imagens o apoio recebido de profissionais civis (engenheiros civis na construção de pontes, veterinários civis nas assistências e enfermeiras civis nos casos de atendimentos emergenciais);

- Até onde pode-se apurar, a 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada produziu sua memória institucional iconográfica, selecionou suas melhores fontes iconográficas, através de enquadramentos destacáveis, mas não socializou seu uso, deixando-as relegadas aos arquivos militares. E que talvez, nem mesmo existisse tal intuito, já que, naquele momento e local, a preocupação com a questão da paz social aparenta estar mais vinculada à formação de espíritos nacionais do que a autopropaganda do regime;

- que durante as ACISOs, a tropa foi empenhada em missões que não se enquadraram perfeitamente no seu treinamento militar, sendo destacada para afazeres funcionais que agregaram valores morais na forma em que aquela comunidade de fronteira passou a perceber a presença dos integrantes do Exército, muito distinta do contexto nacional, onde o governo militar acentuava prisões e censuras aos contrários ao Regime.

REFERÊNCIAS

ACERVO FOTOGRÁFICO DA 3ª/33º Batalhão de Infantaria Motorizada.

BRASIL, Decreto nº 67.347 de 5 de Mar.1970, Estabelece diretrizes e normas de ação para defesa permanente contra as calamidades públicas, cria Grupo Especial e dá outras providências. Brasília, DF, Out. 1970. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67347-5-outubro-1970-408879-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 16 Out. 2018.

Boletim Interno Nº 122, de 30 de junho de 2000, da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada da cidade de Francisco Beltrão-PR.

Boletim Interno Nº 5, de 7 de janeiro de 1957 do 13º Regimento de Infantaria da cidade de Ponta Grossa- PR.

COLNAGHI, Maria Cristina. Colonos e Poder: A luta pela terra no sudoeste do Paraná. 1984, 234 f. **Dissertação** (Mestrado em História) UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1984.

EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018. Exército em ação. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/acoes-civico>>

sociais>. Acesso em: 16 out. 2018.

GOMES Iria Zanoni. *1957, a Revolta dos Posseiros*. 3ª. Ed. Curitiba: Criar Edições, 2005.

LAZIER, Hermógenes; **Análise Histórica da posse de terras no sudoeste paranaense**. Francisco Beltrão: Grafite, 1998.

LIMA, Solange Ferraz de; TATSCH, Flávia Galli. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org.) **O Historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 29-60.

MANUAL DE CAMPANHA C19-15 – Distúrbios Civis e calamidades públicas. Estado Maior do Exército. 2ª Ed, 1973.

MANUAL DE CAMPANHA C19-15 – Operações de Controle de Distúrbios. Estado Maior do Exército. 3ª Ed, 1997.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O Exército brasileiro e a emulação dos modelos francês e estadunidense no século XX. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.22, n. 2, p. 361-380, maio/ago., 2016.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Ed. Vicentina. 1987.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação

Elizabeth Johansen - Licenciada em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialista em História e Região, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em História, pela Universidade Federal do Paraná e doutora em Geografia, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aracaju 8, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 381

Arquitetura 5, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 135, 253, 369, 370, 371, 372

Arte 5, 7, 58, 59, 72, 73, 77, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 169, 178, 216, 241, 252, 396, 398

C

Capuchinhos 97, 100, 102

Centro cultural castrolanda 7, 132, 135

Colégio imaculada conceição 6, 89, 93

Cultura 1, 10, 12, 13, 14, 18, 25, 26, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 87, 94, 102, 107, 110, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 130, 134, 136, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 178, 184, 186, 200, 215, 217, 230, 231, 263, 265, 320, 321, 323, 324, 327, 332, 333, 358, 361, 368, 375, 380, 386, 396, 397, 398, 399, 401

D

Discurso 10, 13, 14, 30, 39, 40, 59, 98, 100, 106, 115, 137, 141, 170, 175, 180, 181, 185, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 232, 255, 258, 284, 327, 328, 329, 330, 335, 338, 339, 343, 345, 346, 386, 388, 389

Documento 31, 69, 96, 138, 140, 157, 158, 159, 160, 161, 168, 169, 172, 176, 187, 190, 192, 293, 297, 300, 344, 358, 369

E

Educação 1, 8, 9, 11, 12, 14, 48, 49, 51, 54, 56, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 106, 107, 108, 132, 134, 137, 151, 153, 200, 203, 228, 279, 281, 307, 312, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 335, 343, 345, 358, 364, 368, 386, 393, 399, 401, 402

Ensino de história 50, 51, 55, 401, 402

Escravidão 2, 4, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 51, 221, 223, 226, 227, 327, 382

Estudos organizacionais 1, 2, 3, 6, 11

Eurocentrismo 1, 2, 5, 12

F

Feira de santana 8, 211

Filosofia-teológica 97

Fotografias médicas 157

Foucault 5, 175, 178, 180, 181, 185, 186, 187, 189, 194, 198, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 335

Fronteiras 2, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 33, 36, 58, 94, 108, 109, 110,

116, 117, 118, 120, 197, 221, 254, 255, 256, 257, 259, 270, 278, 321

G

Giro decolonial 5

H

História 1, 3, 4, 15, 16, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 129, 130, 132, 134, 135, 138, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 168, 171, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 190, 197, 198, 201, 203, 206, 210, 211, 221, 226, 227, 229, 230, 233, 237, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 252, 253, 254, 263, 265, 267, 274, 280, 286, 289, 291, 306, 307, 313, 317, 320, 321, 324, 326, 328, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 363, 374, 375, 381, 382, 383, 384, 393, 394, 395, 397, 398, 399, 400, 401, 402

História da violência 180, 181, 198, 335

I

Infanticídio 7, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 191, 322, 324

Intertextualidade 15, 167

Intervenção 3, 32, 120, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 262, 267, 269, 297

L

Literatura 5, 6, 13, 14, 15, 16, 21, 55, 58, 72, 77, 81, 82, 115, 231, 238, 320, 338, 395

M

Manuais de ensino 7, 97, 98, 105

Memória 6, 16, 21, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 76, 86, 120, 123, 129, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 183, 198, 199, 215, 216, 219, 241, 245, 246, 253, 274, 314, 326, 327, 335, 354, 362, 363, 395, 397, 398, 401

Moda 7, 82, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 395

Modernização 8, 99, 125, 201, 211, 213, 215, 216, 217, 288, 293, 297, 298, 307, 312, 316, 381, 387, 391, 392

Montes claros 6, 89, 92

Museologia 5, 132, 138, 143, 145, 153, 155, 156, 157, 397

Museu 7, 10, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 310, 361, 393, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402

N

Narrativa 7, 15, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 86, 87, 100, 103, 104, 106, 109,

110, 134, 135, 141, 143, 145, 152, 154, 155, 156, 173, 211, 212, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 249, 252, 338

P

Passado 1, 17, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 65, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 87, 103, 107, 125, 129, 130, 134, 150, 151, 155, 156, 173, 178, 185, 216, 247, 248, 256, 258, 268, 270, 278, 295, 296, 341, 344, 345, 355, 369, 385, 397

Patrimônio 17, 23, 34, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 138, 144, 145, 152, 153, 200, 202, 383, 396, 397, 401

Pensamento 1, 3

Poder 1, 2, 3, 4, 6, 7, 11, 13, 14, 20, 28, 31, 40, 46, 49, 52, 53, 54, 61, 65, 68, 72, 79, 91, 93, 95, 98, 100, 102, 114, 124, 129, 146, 149, 151, 170, 171, 177, 178, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 196, 197, 198, 199, 213, 217, 231, 258, 260, 262, 266, 274, 279, 281, 283, 285, 287, 289, 297, 304, 305, 306, 311, 312, 313, 314, 316, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 347, 349, 350, 351, 357, 359, 361, 362, 363, 371, 373, 381, 386, 387, 399

R

Relações familiares 219, 224, 226, 257

Relações sociais 25, 27, 35, 75, 99, 177, 213, 217, 350

Riqueza 8, 7, 25, 59, 163, 176, 200, 201, 203, 206, 209, 281, 283, 328, 350

S

Século XIX 9, 203, 349

Sociabilidades 211, 215, 217, 370

Sociedade 2, 3, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 25, 28, 32, 33, 35, 43, 45, 49, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 106, 110, 115, 121, 125, 132, 138, 156, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 213, 216, 219, 222, 235, 236, 239, 245, 280, 289, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 304, 306, 312, 313, 321, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 344, 346, 347, 349, 350, 353, 363, 366, 367, 370, 371, 377, 378, 383, 392, 393, 397, 399, 400

Sujeitos 7, 9, 11, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 156, 170, 171, 175, 177, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 197, 212, 214, 226, 229, 256, 257, 291, 302, 306, 312, 313, 321, 322, 339, 350, 351, 397, 401

T

Tráfico de escravos 51, 219, 220, 222, 223, 226

V

Verdade 7, 10, 24, 32, 45, 49, 51, 53, 55, 58, 59, 65, 67, 70, 73, 102, 105, 111, 158, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190,

191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 241, 244, 245, 252, 258, 298, 315, 327, 328, 332,
333, 335, 339, 371, 377, 388, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-650-8

